



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Edital Nº 63/2015, de 04 de maio de 2015

## CADERNO DE QUESTÕES

# » CÓDIGO 46 «

## Arquivista

### NÍVEL E

#### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno tem um total de 50 (cinquenta) questões, distribuídas da seguinte forma:  
Questões de 01 a 15: Língua Portuguesa;  
Questões de 16 a 25: Legislação do Serviço/Servidor Público Federal;  
Questões de 26 a 30: Noções de Informática;  
Questões de 31 a 50: Conhecimentos Específicos.
- Verifique se este caderno está completo.
- Para cada questão, são apresentadas cinco alternativas de resposta (a, b, c, d, e), sendo que o candidato deverá escolher **apenas uma** e, utilizando **caneta esferográfica de corpo transparente na cor azul ou preta**, preencher o círculo (bolha) correspondente no cartão-resposta.
- As respostas das questões deverão, obrigatoriamente, ser transcritas para o cartão-resposta, que será o único documento válido utilizado na correção eletrônica.
- Verifique se os dados constantes no cartão-resposta estão corretos e, se contiver algum erro, comunique o fato imediatamente ao aplicador/fiscal.
- O candidato terá o **tempo máximo de 04 (quatro) horas** para responder a todas as questões deste caderno e preencher o cartão-resposta.
- **Não haverá substituição** deste caderno nem do cartão-resposta, sob qualquer hipótese.
- Não serão dadas explicações durante a aplicação da prova.

**BOA PROVA!**

COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS PÚBLICOS

# CONHECIMENTOS GERAIS

## LÍNGUA PORTUGUESA

» Arquivista - CÓDIGO 46 «

Considere o Texto I, para responder às questões de 1 a 6:

TEXTO I

### Receita de felicidade

Primeiro, é necessário ter certa idade. É muito difícil ser feliz antes dos trinta. Não que seja impossível, mas a juventude tem urgências, compromissos com a aprendizagem, com a paixão, tem limites, rebeldia, ideais, sonhos, competição, e, embora tudo isso seja muito bom, não são os elementos da felicidade, porque são geradores de angústia. Felicidade vem depois da angústia, está mais ligada àquela sensação de alívio que a sucede: é uma duradoura, uma continuada sensação de alívio, de graças a Deus já passei por isso. Basicamente, é preciso ter um amor, uma pessoa boa de abraçar, de conversar, de viajar, de proteger, de dividir e com quem construir. Amores falham, é verdade, e nem sempre duram, mas a eternidade do amor é renovável.

É essencial evitar trabalho estressante, como só ligados a risco financeiro ou aqueles para os quais não somos capazes. Recomenda-se cultivar alguma aptidão, pois a incompetência gera angústia, incerteza, noites sem dormir, o que não leva à felicidade. O problema é que a competência não surge de repente, é preciso incluí-la num projeto pessoal desde o período de formação (...)

Manter um sonho ajuda muito. Quem já fez tudo ou tem tudo tende ao tédio. Embalados por nossa confiança, imaginamos que realizar tal sonho só depende de vontade, é só começar, é sonho que não angustia, apenas põe um sorriso no travesseiro. Não tem nada que ver com frustração, é até o contrário. Podemos sonhar com uma coisa singela, como escrever um livro de memórias, aprender a tocar violão ou sair de moto por aí. Mesmo que a gente o adie, o sonho nos mantém jovens.

Pode-se ter alguma coisa para lamentar não ter feito, uma sensação do tipo agora já passei da idade. Coisa que não nos atormente. Algo como: gostaria de ter feito um curso de dança de salão, ou aprendido a nadar nos quatro estilos. Cultivar essa cômoda incompetência é uma forma de dizer que estamos satisfeitos, de bem com a vida, dizer que o que falta não nos faz falta.

Filhos, é melhor que sejam bem educados. Dão mais gosto.

É importante morar onde a noção pessoal de intimidade e conforto seja satisfeita. Pequenos detalhes contribuem: um pufe para pôr os pés, uma parede com uma coisa boa para se contemplar, seja quadro ou paisagem, um espaço que não falte nem sobre. É o lugar para onde queremos ir, quando bate o desejo de recolhimento.

Dinheiro não traz felicidade? Pode ser, mas não atrapalha. Ruim é desgraçar-se para tê-lo.

35 O homem é um animal gregário, e o convívio pessoal pode ter repercussões positivas ou negativas na felicidade. Deve-se fugir do baixo-astral. O desperdício de energia em pugilato é altamente negativo. Rixas, embates, finca-pés, altas pressões, estopins curtos – xô! Paz e amor.

(ANGELO, Ivan. In: **Crônica brasileira contemporânea**. São Paulo: Salamandra, 2005.)

1. Traduz uma ideia presente no texto a seguinte afirmação:
  - a) A falta de novos projetos põe em risco a satisfação pessoal.
  - b) O sonho, distanciado de sua realização, é um indicativo de infelicidade.
  - c) A competência no trabalho gera satisfação e, por conseguinte, felicidade, desde que reconhecida.
  - d) O estado de felicidade, embora transitório, é prerrogativa daqueles que atingiram a idade de trinta anos.
  - e) As conquistas materiais, se advindas da dedicação e do trabalho, tendem a garantir a satisfação pessoal e a felicidade.
  
2. O período que inicia o texto
  - a) possui significação completa, por tratar de tema distinto do restante do parágrafo.
  - b) apresenta incoerência, já que não há uma sequência introduzida pelo termo “segundo”.
  - c) abriga uma noção genérica, cuja especificação encontra-se no segmento subsequente.
  - d) possui sentido independente, mesmo considerando o contexto temático em que se enquadra.
  - e) obedece a uma ordem hierárquica das ideias, segundo a qual sua permuta com o período subsequente acarretaria prejuízo de ordem semântica ao texto.
  
3. A definição do homem como um animal **gregário**, conforme o texto, reside no fato de que ele
  - a) tende a viver em sociedade.
  - b) sobrevive à base de produtos agrícolas.
  - c) possui características que o diferem dos outros animais.
  - d) busca aproximar-se de outros que aspiram ao isolamento.
  - e) apresenta predisposição para um comportamento agressivo.

4. Constitui recurso estilístico do texto:

- I. Utilização de estruturas sintáticas que lhe imprimem tom de aconselhamento.
- II. O uso do padrão culto da língua que determina um público leitor especializado.
- III. Exploração recorrente de intertextualidade explícita para defender um modelo de vida profissional.
- IV. Emprego de termos científicos como argumento de autoridade na defesa de um posicionamento.

Está CORRETO apenas o que se indica em

- a) I.
  - b) II.
  - c) I e II.
  - d) II e III.
  - e) I e IV.
5. A partir de seu contexto de uso, o termo destacado no trecho “Não tem nada que ver com frustração, é até o contrário” (Linha 18) expressa ideia de:
- a) Espaço.
  - b) Tempo.
  - c) Negação.
  - d) Intensidade.
  - e) Ambiguidade.
6. Avaliando as propostas de substituição para diferentes trechos do texto, a única que NÃO atende à norma culta é:
- a) “Coisa que não nos atormente.” (Linha 22) = Coisa que não atormente-nos.
  - b) “É o lugar para onde queremos ir” (Linhas 29-30) = É o lugar aonde queremos ir.
  - c) “Recomenda-se cultivar alguma aptidão” (Linha 11) = É recomendado cultivar alguma aptidão.
  - d) “Onde a noção pessoal de intimidade e conforto seja satisfeita.” (Linha 27) = Onde se satisfaça a noção pessoal de intimidade e conforto.
  - e) “imaginamos que realizar tal sonho só depende de vontade” (Linhas 16-17) = imaginamos que realizá-lo só depende de vontade.

Para responder às questões 7, 8 e 9, considere o excerto abaixo, extraído da composição “Felicidade”, de Marcelo Jeneci.

Haverá um dia em que você não haverá de ser feliz  
Sentirá o ar sem se mexer  
Sem desejar como antes sempre quis  
Você vai rir, sem perceber  
Felicidade é só questão de ser  
Quando chover, deixar molhar  
Pra receber o sol quando voltar

Lembrará os dias  
que você deixou passar sem ver a luz  
Se chorar, chorar é vão  
porque os dias vão pra nunca mais

7. A forma verbal “haverá”, repetida no primeiro verso,
- restringe a hipótese de uma ação futura.
  - nega a possibilidade de realização do ato.
  - determina com exatidão o tempo da ação.
  - relativiza a realização de um acontecimento.
  - assegura a realização de um evento em determinado tempo.
8. Analise as proposições abaixo, considerando o termo destacado em cada uma delas.
- “... porque os dias vão pra nunca mais...”
  - Vão-se as tristezas, restam as esperanças.
  - Vão não é o sonho quando ilumina a alma.
  - Pessoas religiosas evitam dizer o nome de Deus em vão.
  - Entre as duas muralhas, existe estreito vão por onde escorrem os sonhos.

Dentre as afirmações acima, aquelas que apresentam termo com significação semelhante ao destacado em “Se chorar, chorar é vão” são apenas:

- I e II.
- I e V.
- II e III.
- IV e V.
- III e IV.

9. Os versos “Se chorar, chorar é vão/porque os dias vão pra nunca mais” traduzem ideia de:
- a) Probabilidade.
  - b) Reciprocidade.
  - c) Inviolabilidade.
  - d) Inalienabilidade.
  - e) Irreversibilidade.

**Para as questões 10, 11 e 12, considere o fragmento abaixo:**

Boa parte das drogas que vêm empolgando os mercados tem por finalidade não a defesa do organismo contra doenças que ameaçam ou debilitam a saúde, mas sim a expansão da nossa capacidade de desfrutar prazeres, sentir satisfação em sermos quem somos e gozar ativamente a vida. Não são remédios apenas “defensivos”, ou seja, voltados para o reparo de deficiências e anomalias; são drogas “ofensivas” (life style, no jargão farmacêutico) à base de substâncias que visam à ampliação do campo de experiência e à propulsão de “vôos mais altos” do bem-estar subjetivo — armas químicas na guerra de conquista pela torre da felicidade.

(GIANETTI, Eduardo. **Felicidade**: diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.)

10. Sabendo que hipônimo é o vocábulo de sentido mais específico em relação a outro, utilizado no processo de produção textual como um fator de textualidade, indique a alternativa em que o primeiro vocábulo funciona, no texto, como hipônimo do segundo.
- a) Saúde / prazeres.
  - b) Remédios / droga.
  - c) Armas / satisfação.
  - d) Doenças / substância.
  - e) Defensivos / organismo.
11. No trecho “Boa parte das drogas que vêm empolgando os mercados tem por finalidade não a defesa do organismo...”,
- a) os termos “vêm” e “tem” pertencem a classes gramaticais diferentes.
  - b) a forma verbal “tem” deveria estar acentuada, já que se refere a “mercados”.
  - c) para indicar a concordância com “drogas”, o termo “tem” deveria apresentar duplicidade da vogal.
  - d) o acento gráfico em “vêm” é facultativo, visto que o verbo tanto pode se referir a “drogas” quanto a “Boa parte de”.
  - e) a substituição da expressão “Boa parte” por “uma parte das” acarretaria, obrigatoriamente, alteração na forma verbal “vêm”.

12. Assim como no trecho “substâncias que visam à ampliação do campo de experiência”, também recebe o acento indicativo de crase:
- A qualquer custo, busca-se alcançar a felicidade.
  - Algumas pessoas são alérgicas a drogas injetáveis.
  - Os remédios defensivos são voltados a prevenção e cuidados paliativos.
  - As pesquisas científicas buscam o atendimento a necessidades básicas do ser humano.
  - A passos largos, a indústria farmacêutica dedica-se a pesquisar novas drogas que induzam a estados de felicidade.

**Leia o trecho abaixo:**

A pesquisa científica sobre os benefícios da escrita expressiva é surpreendentemente vasta. Estudos mostraram que escrever sobre si mesmo e sobre experiências pessoais pode melhorar distúrbios de humor, ajudar a reduzir sintomas entre pacientes de câncer, melhorar a saúde de uma pessoa depois de um ataque cardíaco, reduzir as visitas ao médico e até melhorar a memória.

Agora os pesquisadores estão estudando se o poder de escrever – e reescrever – sobre a história pessoal pode levar a mudanças de comportamento e aumentar a felicidade.

(Disponível em: <http://ultimato.com.br/sites/amorese/2015/02/03/escrever-pode-ajudar-a-ser-mais-competente-saudavel-e-feliz/>. Acesso em: 05 jun. 2015.)

13. Os termos destacados em “ajudar a reduzir **sintomas** entre **pacientes de câncer**” integram um campo semântico, no Texto, cujo objetivo é:
- Vincular o texto a um público especializado.
  - Selecionar termos com mesma função sintática.
  - Garantir a coesão, por meio da seleção lexical.
  - Filiar o texto a um gênero de caráter instrucional.
  - Estabelecer uma relação sinonímica entre seus componentes.

Considere a leitura da tirinha abaixo, para responder às questões 14 e 15.



(Disponível em: <http://tirasarmandinho.tumblr.com/>. Acesso em: 15 jun. 2015.)

14. A partir da leitura do Texto, só NÃO se pode afirmar:

- As qualidades descritas pelo filho não condizem com o ideal de beleza da mãe.
- O texto explicita uma discussão que envolve os conceitos de essência e aparência.
- O primeiro quadrinho revela uma continuidade estabelecida no diálogo entre os personagens.
- Os personagens, embora se diferenciem quanto à maturidade, compartilham da mesma noção de beleza.
- O conceito de beleza representado pela fala do filho se distancia das caracterizações materialistas do corpo.

15. Analise as afirmações abaixo no que diz respeito à pontuação utilizada no Texto.

- Em, “mas e a aparência dela, filho...” a vírgula separa o aposto.
- As vírgulas empregadas nas falas prestam-se a indicar uma circunstância deslocada.
- As reticências revelam uma continuidade do discurso, sinalizando uma interrogação implícita.
- Os sinais de pontuação foram utilizados para marcar a entonação ou expressividade da linguagem visual.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- I e IV.
- III e IV.
- I, II e III.
- I, III e IV.
- II, III e IV.

## LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO/SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

### » Arquivista - CÓDIGO 46 «

16. Com base no artigo 8º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que se refere à associação profissional ou sindical, analise as alternativas abaixo e marque V, para o que for Verdadeiro, e F, para o que for Falso.
- ( ) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, tendo em vista a necessidade de registro no órgão competente.
  - ( ) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
  - ( ) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
  - ( ) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da sua posse no cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F, F.
  - b) F, F, V, F.
  - c) F, V, V, F.
  - d) V, V, V, F.
  - e) V, F, V, F.
17. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. De acordo com o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é CORRETO afirmar:
- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem ressalvas.
  - b) O prazo de validade dos concursos públicos deverá ser de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
  - c) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos da administração direta, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
  - d) É possível acumular remuneradamente, com compatibilidade de horários, os cargos públicos de professor e de profissional da saúde.
  - e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos sempre responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

- 18.** De acordo com as disposições sobre Ciência, Tecnologia e Inovação trazidas pela Emenda Constitucional 85/2015, que alterou os artigos 218 e 219 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) O Estado promoverá e incentivará a atuação das empresas estrangeiras de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução do crescimento econômico privado, da pesquisa, da capacitação científica e tecnológica e da inovação.
  - b) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
  - c) O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.
  - d) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.
  - e) O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.
- 19.** Ao tratar de crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, precisamente no artigo 327 do Código Penal, analise as alternativas abaixo e marque a INCORRETA:
- a) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
  - b) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.
  - c) Equipara-se a funcionário público aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
  - d) Aumenta-se a pena em um terço, quando os autores dos crimes praticados contra a administração em geral ocuparem função de direção de uma sociedade de economia mista.
  - e) Reduz-se a pena em um quinto, quando os crimes praticados contra a administração em geral forem cometidos por funcionários públicos ocupantes de cargos em comissão.

- 20.** Quanto aos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública e suas penas, referidos nos artigos 11 e 12 da Lei nº 8429/1992, assinale a alternativa CORRETA:
- a) É exemplo de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza, por ferir o princípio da moralidade administrativa.
  - b) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.
  - c) A condenação criminal do responsável pelo ato de improbidade impede a aplicação das cominações previstas na Lei de Improbidade Administrativa, devido à proibição de dupla penalização no ordenamento jurídico nacional.
  - d) O responsável pelo ato de improbidade, além de perder a função pública, obrigatoriamente deverá ressarcir o dano causado, de acordo com suas possibilidades patrimoniais.
  - e) A multa civil a que o agente público responsável pelo ato de improbidade administrativa se sujeita é de até cem vezes o valor do dano causado.
- 21.** Quanto à Declaração de Bens referida no art. 13 da Lei nº 8429/1992, assinale a alternativa CORRETA:
- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
  - b) A declaração de bens compreenderá necessariamente bens e valores patrimoniais do cônjuge e dos filhos do declarante.
  - c) A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, objetos e utensílios de uso doméstico e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior.
  - d) A declaração de bens será anualmente atualizada de modo automático, a partir da Declaração de Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza – IRPF.
  - e) Será punido com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

- 22.** A respeito da posse e do exercício dos servidores públicos federais, referidos nos artigos 13 a 20 da Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
  - b) O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido poderá ter 15 (quinze) dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
  - c) Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta e quatro horas.
  - d) O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
  - e) A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira, a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.
- 23.** A Lei nº 8.112/90 trata dos possíveis afastamentos e concessões garantidos aos servidores públicos federais, bem como ao tempo de serviço destes. Referente ao conteúdo dos artigos 93 a 103 desta Lei, assinale a opção INCORRETA:
- a) Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.
  - b) O servidor investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo e do cargo eletivo.
  - c) O servidor poderá, a qualquer momento, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programas de mestrado e doutoramento no exterior, totalizando 6 (seis) anos.
  - d) Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.
  - e) É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

- 24.** Dentre as penalidades disciplinares dispostas no artigo 127 da Lei nº 8.112/90 e aplicáveis aos servidores públicos federais, constam: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada. Acerca do tema, é CORRETO afirmar:
- a) A suspensão será aplicada em caso de incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
  - b) Nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência e suspensão, será aplicada a destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo.
  - c) Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor às atividades por mais de sessenta dias consecutivos.
  - d) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
  - e) Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade competente notificará diretamente o servidor, para que apresente sua opção.
- 25.** Quanto às regras deontológicas trazidas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, itens I a XIII, julgue as seguintes assertivas, utilizando V, para o que for Verdadeiro, e F, para o que for Falso.
- ( ) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
  - ( ) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
  - ( ) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
  - ( ) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, F.
- b) F, F, V, V.
- c) F, V, V, F.
- d) V, V, F, F.
- e) V, V, V, V.

## INFORMÁTICA

» Arquivista - CÓDIGO 46 «

26. As aplicações que necessitam de uma rede de computadores para funcionar estão estruturadas de acordo com uma arquitetura. Acerca dessa afirmativa, assinale a alternativa CORRETA que trata de uma arquitetura de aplicação em rede:
- a) Estrela.
  - b) Cliente/Servidor.
  - c) Malha.
  - d) Barramento.
  - e) CSMA/CD.
27. Acerca dos equipamentos de rede, marque a alternativa INCORRETA:
- a) O roteador tem a função de encaminhar mensagens entre computadores na mesma rede lógica.
  - b) O *switch* permite interligar máquinas através de rede cabeada.
  - c) Dispositivos de redes sem fio podem se conectar através de um *Access Point*.
  - d) É possível encontrar um único dispositivo que agrega as funcionalidades do roteador, *switch* e *Access Point*.
  - e) Para que as mensagens sejam recebidas adequadamente entre computadores interligados por meio de um *switch*, os computadores devem possuir endereços MAC distintos.
28. Sobre os sistemas operacionais *Linux* e *Windows*, marque a alternativa INCORRETA:
- a) O *Linux* é um sistema operacional robusto e seguro, porém não é imune a contaminação de vírus de computador.
  - b) O *Linux* e o *Windows* podem ser utilizados no mesmo computador, desde que o *Windows* tenha sido instalado primeiro.
  - c) O *Linux* é um sistema multiusuário e multitarefa. Dessa forma, permite que mais de uma pessoa tenha acesso ao sistema concorrentemente.
  - d) No *Linux*, a maioria dos dispositivos de *hardware* é representada como arquivos.
  - e) Programas executáveis desenvolvidos para *Windows*, com extensão “.EXE”, só podem ser utilizados no *Linux* com o uso de um aplicativo de terceiro e não possuem compatibilidade garantida.

29. Sobre o serviço de correio eletrônico, NÃO se pode afirmar:

- a) Uma mensagem eletrônica (email), ao ser enviada sem erros, fica armazenada no servidor de destino até que o destinatário a receba (ou leia), através de alguma aplicação.
- b) O protocolo SMTP é utilizado para o envio de mensagens eletrônicas.
- c) Entre os protocolos utilizados para a leitura e recebimento de correio eletrônico, pode-se citar o POP e IMAP.
- d) Pode-se utilizar o correio eletrônico através de programas instalados no computador, sem a necessidade de acessar a página do serviço. O *Microsoft Outlook* é um programa de correio eletrônico para computador.
- e) Caso ocorra algum problema no servidor de email do destinatário de uma mensagem (manutenção do serviço, por exemplo), o servidor automaticamente altera a arquitetura da aplicação para a arquitetura apenas cliente, no sentido de garantir a entrega da mensagem.

30. Um servidor do IFPB, *Campus Cajazeiras*, recebeu uma planilha eletrônica contendo uma relação de alunos, cursos e *campi*, conforme a figura abaixo, retirada do aplicativo *LibreOffice Calc*:

	A	B	C
1	ALUNO (A)	CURSO	CAMPUS
2	Maria	ADS	Cajazeiras
3	José	ADS	Cajazeiras
4	João	MSI	Picui
5	Fred	ADS	João Pessoa
6	Flávio	MSI	Picui
7	Lúcio	ADS	Cajazeiras
8			

Que função ele poderia utilizar, podendo ser inserida na célula A8, para realizar o cálculo, de forma automática, da quantidade de alunos cursando ADS no *Campus Cajazeiras*?

- a) = CONT.SES(B2:B7;"ADS";C2:C7;"Cajazeiras")
- b) = CONT.SE(B2:B7;"ADS";C2:C7;"Cajazeiras")
- c) = SE(B2:B7;"ADS";C2:C7;"Cajazeiras")
- d) = CONT(B2:B7;"ADS";C2:C7;"Cajazeiras")
- e) = CONTESE(B2:B7;"ADS";C2:C7;"Cajazeiras")

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### » ARQUIVISTA - CÓDIGO 46 «

- 31.** A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no capítulo V que trata das responsabilidades, art. 33, dispõe que a “pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções”:
- a) I - advertência; II - multa; III - rescisão do vínculo com o poder público; IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
  - b) I - multa; II - rescisão do vínculo com o poder público; III - suspensão temporária de participar em licitação; IV - impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
  - c) I - advertência; II - multa; III - rescisão do vínculo com o poder público; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
  - d) I - advertência; II - multa; III - suspensão temporária de participar em licitação; IV - impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
  - e) I - rescisão do vínculo com o poder público; II - suspensão temporária de participar em licitação; III - impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
- 32.** O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Em seu capítulo IV, da transparência passiva, Seção I, referente ao Serviço de Informação ao Cidadão, o art. 9º instrui aos órgãos e entidades para criar o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que deve ter como um dos seus objetivos:
- a) Possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações.
  - b) Possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.
  - c) Garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso.
  - d) Indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade.
  - e) Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação.

- 33.** O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Em seu Capítulo VI, trata da Comissão Mista de Reavaliação de Informações Classificadas. A relação dos órgãos que deverão compor a referida Comissão, conforme o art. 46, é:
- a) Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; e Controladoria-Geral da União.
  - b) Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; e Controladoria-Geral da União.
  - c) Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; e Controladoria-Geral da União.
  - d) Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda; Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Advocacia-Geral da União; e Controladoria-Geral da União.
  - e) Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; e Controladoria-Geral da União.

- 34.** O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos discorre sobre os procedimentos e operações técnicas do sistema de gestão arquivística de documentos digitais e convencionais (e-ARQ Brasil, 2011). No capítulo 6, da parte I, são tratados os procedimentos para: captura; avaliação, temporalidade e destinação; pesquisa, localização e apresentação dos documentos; segurança: controle de acesso, trilhas de auditoria e cópias de segurança; armazenamento; e preservação. De acordo com o subitem 6.4 Segurança, controle de acesso, trilhas de auditoria e cópias de segurança, o controle de acesso deve garantir, no mínimo, as seguintes funções:
- a) Identificação da permissão de acesso dos usuários, isto é, do que cada um pode acessar; identificação da precaução de segurança e da categoria de sigilo dos documentos; e garantia de que somente os indivíduos autorizados tenham acesso aos documentos classificados e aos originalmente sigilosos.
  - b) Identificar os autores de cada operação realizada nos documentos; e prevenir a perda de documentos.
  - c) Restrição de acesso aos documentos; exibição dos documentos, criptografados ou não, e dos metadados somente aos usuários autorizados; e uso e intervenção nos documentos somente pelos usuários autorizados.
  - d) Permitir compatibilidade de suporte e formato, de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística recebedora; e disponibilizar documentação técnica necessária para interpretar o documento digital (processamento e estrutura dos dados).
  - e) Disponibilizar instrumento descritivo que inclua os metadados atribuídos aos documentos digitais e informações que possibilitem a presunção de autenticidade dos documentos recolhidos à instituição arquivística; e documentação com as informações sobre as migrações realizadas no órgão produtor.
- 35.** Segundo o e-ARQ Brasil/2011, nos conceitos de gestão arquivística de documentos está a teoria de que os documentos passam por três idades. Assinale a opção CORRETA que descreve a idade “intermediária”, conforme consta no referido documento:
- a) Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor.
  - b) Documentos que estão em curso, isto é, tramitando ou que foram arquivados, mas são objeto de consultas frequentes. Eles são conservados nos locais onde foram produzidos sob a responsabilidade do órgão produtor.
  - c) Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação.
  - d) Documentos que não são mais de uso corrente, mas que, por ainda conservarem algum interesse administrativo, aguardam, no arquivo intermediário, o cumprimento do prazo estabelecido em tabela de temporalidade e destinação, para serem eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente.
  - e) Documentos que devem ser definitivamente preservados em razão de seu valor histórico, probatório ou informativo.

- 36.** O Modelo de Referência *Open Archival Information System (OAIS)* é uma recomendação internacional desde 2003 (ISO 14721), que:
- Estabelece as características essenciais e as responsabilidades para a criação e manutenção de repositórios digitais confiáveis que atendam aos acervos de instituições culturais e científicas, garantindo seu acesso a longo prazo, sua integridade e confiabilidade.
  - Estabelece requisitos para as entidades de auditoria e certificação de repositórios digitais confiáveis.
  - Apresenta um conjunto básico (*core*) de elementos de *metadados* de preservação para apoiar sistemas que gerenciam objetos digitais, configurando-se como uma norma internacional.
  - Configura-se como um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (CTDE/CONARQ) e adotado pelo Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).
  - Define um repositório digital, identificando o ambiente, os componentes funcionais, suas interfaces internas e externas, os objetos de dados e informações, configurando-se como um modelo conceitual.
- 37.** Quando se trata da presunção de autenticidade de um documento arquivístico digital são utilizados diversos procedimentos, entre eles, aqueles compostos por algoritmos que garantem a integridade dos documentos, como o *hash*. Um algoritmo de *hash* é definido como:
- Resultado da ação de algoritmos que fazem o mapeamento de uma sequência de *bits* de tamanho arbitrário para uma sequência de *bits* de tamanho fixo menor, de forma que seja muito difícil encontrar dois documentos digitais produzindo o mesmo resultado e que o processo reverso também não seja realizável.
  - Valor, calculado a partir dos dados, que permite verificar se houve alteração.
  - Resultado da ação de algoritmos que fazem o mapeamento de uma sequência de bits de tamanho fixo para uma sequência de bits de tamanho variável maior, de forma que seja muito difícil encontrar dois documentos digitais produzindo o mesmo resultado e que o processo reverso também não seja realizável.
  - Algoritmo que gera uma marca digital utilizando um par de chaves criptográficas.
  - Resultado da ação de algoritmos que fazem o mapeamento de uma sequência de *bits* de tamanho fixo para uma sequência de *bits* de tamanho variável maior, de forma que seja possível encontrar dois documentos digitais produzindo o mesmo resultado e que o processo reverso seja realizável.

**38.** Ao longo dos últimos anos, diferentes estratégias têm sido desenvolvidas para solucionar o problema da preservação digital, tais como:

- I. Preservação de tecnologia.
- II. Refrescamento.
- III. Emulação.
- IV. Curadoria digital.
- V. A Pedra de Rosetta digital.

São CORRETAS apenas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II, III e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, III, IV e V.
- e) I, II, IV e V.

**39.** A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) prevê a existência de oito áreas de descrição, compreendendo 28 elementos de descrição. Identifique a alternativa que NÃO faz parte dessas áreas.

- a) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição.
- b) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição.
- c) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição.
- d) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição.
- e) Área de controle de acesso, onde se registra informação de entrada e saída, quando e por quem o acesso foi efetuado.

40. Quando se trata da identificação de elementos de descrição, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) indica que deve ser observada a regra para criação de códigos. Análise os itens abaixo:

- A. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (Brasil).
- B. Biblioteca Nacional (Brasil).

Nota: para unidade Rio de Janeiro.

Assinale a alternativa em que os códigos para representação de entidade custodiada ou unidade de descrição estão CORRETOS e RESPECTIVAMENTE apresentados:

- a) BR ITI; BR BN.
- b) BR IFPB JP; INTI.
- c) BR BN BSB; BR INTI.
- d) BR INTI; BR BN RJ.
- e) IFPB JP; BR INTI.

41. Análise a seguinte descrição:

“A documentação da extinta LLOYDBRAS foi avaliada, selecionada e eliminada com base na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativa às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovada pela Resolução nº 4, de 28/3/1996, e revista e ampliada pela Resolução nº 14, de 24/10/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Foram eliminados documentos relativos às áreas de organização e funcionamento, de pessoal, de orçamento e finanças, de material e patrimônio e documentação técnica, do período de 1947 a 1997, num total de 1.450 metros lineares de documentos, conforme consta no Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, publicado no D.O.U. de 3/2/2003, Seção 3, página 55. Arquivo Nacional (Brasil). Nota: Para o fundo Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro S.A., nível 1”

De acordo as recomendações da Norma Brasileira de Descrição arquivística (NOBRADE) para a área de conteúdo e estrutura, a descrição acima refere-se a:

- a) Âmbito e conteúdo.
- b) Avaliação, eliminação e temporalidade.
- c) Incorporações.
- d) Sistema de arranjo.
- e) Condições de acesso.

- 42.** Leia o texto seguinte: “A digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo, local ou remoto, aos seus representantes digitais, como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais, objetos desta recomendação.”

Identifique, abaixo, a recomendação CORRETA dada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para digitalização de textos impressos, com ilustração e cor:

- a) Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza para ajuste de níveis (preferencialmente).
  - b) Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 4 bits, modo bitonal.
  - c) Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza.
  - d) Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB.
  - e) Resolução mínima de 600 dpi, 8 bits, com possibilidade de modo tons de cinza.
- 43.** A norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias - ISAAR (CPF), tem como objetivo fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos. É objetivo da Área de Descrição desta Norma:
- a) Indicar se a entidade que está sendo descrita é uma entidade coletiva, pessoa ou família.
  - b) Descrever a história, papéis, contexto e atividades da entidade coletiva, pessoa ou família.
  - c) Indicar as funções, ocupações e atividades desempenhadas pela entidade coletiva, pessoa ou família.
  - d) Descrever relacionamentos com outras entidades coletivas, pessoas e famílias que podem ser descritas em outros registros de autoridade.
  - e) Identificar especificamente o registro de autoridade no contexto em que será utilizado.
- 44.** A Norma geral internacional de descrição arquivística ISAD(G) estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação. De acordo com a Norma, os seguintes elementos são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva:
- a) Código de referência; título; editor; data(s); número de páginas; e nível de descrição.
  - b) Código de acesso; título; produtor; data(s); dimensão da unidade de descrição; e nível de descrição.
  - c) Código de referência; título; produtor; data(s); dimensão da unidade de descrição; e nível de descrição.
  - d) Código de referência; título; país de origem; data(s); dimensão da unidade de descrição; e nível de descrição.
  - e) Código de acesso; título; produtor; data(s); número de páginas; e nível de descrição.

45. De acordo com o art. 16 do Decreto N<sup>o</sup> 1.799, de 30 de janeiro de 1996, as empresas e os cartórios que se dedicarem a microfilmagem de documentos de terceiros, fornecerão, obrigatoriamente, um documento de garantia, declarando:
- a) Que se responsabilizam pelo padrão de qualidade do serviço executado.
  - b) Que o usuário deixa de ser responsável pelo manuseio e conservação das microformas.
  - c) Que os filmes negativos resultantes de microfilmagem ficarão arquivados na repartição detentora do arquivo, facultada a sua saída, caso seja necessário.
  - d) Que a microfilmagem desses documentos não deverá ser precedida de uma imagem de observação.
  - e) Que serão autenticados por autoridade estrangeira competente.
46. O Código de Classificação de Documentos de arquivo é um instrumento de trabalho utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades. Com relação à classificação de documentos, é CORRETO afirmar que:
- a) A classificação por palavras-chave é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema.
  - b) O código de classificação adotou o modelo de código de classificação binária. Constitui-se num código alfanumérico dividido em cinco classes e estas, por sua vez, em cinco subclasses e assim sucessivamente.
  - c) A classificação define a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação.
  - d) No código de classificação, as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominadas palavras-chave, encontram-se hierarquicamente distribuídas de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão.
  - e) A classificação deverá ser acompanhada pela instituição arquivística não sendo necessário proceder ajustes.

**47.** Segundo com o e-ARQ Brasil/2011, o programa de gestão arquivística de documentos deve ter como base a política arquivística e a designação de responsabilidades definidas anteriormente, além do contexto jurídico-administrativo, de forma que esteja de acordo com a missão institucional e a legislação vigente. O planejamento envolve o levantamento e a análise da realidade institucional, o estabelecimento das diretrizes e procedimentos a serem cumpridos pelo órgão ou entidade, o desenho do sistema de gestão arquivística de documentos e a elaboração de instrumentos e manuais. No planejamento do programa de gestão, algumas tarefas fundamentais devem ser cumpridas, a saber:

- I. Levantamento da estrutura organizacional e das atividades desempenhadas; levantamento da produção documental, diferenciando os documentos arquivísticos dos não arquivísticos; levantamento, caso existam, dos sistemas utilizados, internamente, para tratamento de documentos e informações.
- II. Definição, a partir do levantamento da produção documental, dos tipos de documentos que devem ser mantidos e produzidos, e das informações que devem conter; definição e/ou aperfeiçoamento da forma desses documentos; definição da infraestrutura para armazenamento dos documentos convencionais, que compreende espaço físico, mobiliário e acessórios.
- III. Análise e revisão do fluxo dos documentos; elaboração e/ou revisão do plano de classificação e da tabela de temporalidade e destinação; definição do ambiente tecnológico que compreende os sistemas (*hardware* e *software*), formatos, padrões e protocolos que darão sustentação aos procedimentos de gestão e preservação de documentos, integrando, quando possível, os sistemas legados.
- IV. Definição dos metadados a serem criados no momento da produção do documento e ao longo do seu ciclo de vida; definição e/ou aperfeiçoamento dos procedimentos de protocolo e de arquivamento dos documentos; definição e/ou aperfeiçoamento dos procedimentos para acesso, uso e transmissão dos documentos.
- V. Definição das equipes de trabalho de arquivo e de tecnologia de informação; definição de programas de capacitação de pessoal; elaboração e/ou revisão de manuais e instruções normativas; definição dos meios de divulgação e de capacitação de pessoal; definição do plano de ação do programa de gestão, com seus objetivos, metas e estratégias de implantação, divulgação e acompanhamento, visando a melhoria contínua.

São CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II, IV e V, apenas.
- b) I, III, IV e V, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) II, III e V, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

48. A avaliação é uma atividade vital em um programa de gestão arquivística de documentos, pois permite racionalizar o acúmulo de documentos nas fases corrente e intermediária, facilitando a constituição dos arquivos permanentes. É imprescindível a elaboração de um instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente. Qual o nome desse instrumento de destinação?

- a) Termo de Eliminação.
- b) Sistema de Recuperação da Informação.
- c) Entrada de Documentos.
- d) Dossiê.
- e) Tabela de Temporalidade.

49. A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital do CONARQ/2004 aponta para a importância das instituições arquivísticas, do poder público, da indústria de tecnologia da informação e comunicação e das instituições de ensino e pesquisa implementarem ações, especialmente no que concerne à:

- I. Elaboração de Estratégias e Políticas.
- II. Estabelecimento de Normas.
- III. Promoção do Conhecimento.
- IV. Identificação da autoridade.
- V. Proteção e Controle de Informações Sigilosas.

Está(ão) CORRETA(S) apenas as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I, II, IV e V.
- c) IV e V.
- d) I e V.
- e) II.

50. T. R. Schelleberg (2004), em seu livro clássico intitulado “**Arquivos modernos: princípios e técnicas**”, explica os motivos históricos que levaram a França, a Inglaterra e os Estados Unidos a criarem seus arquivos públicos. Considerando esses motivos históricos, marque V, para o que for Verdadeiro, e F, para Falso.

- ( ) Necessidade prática de incrementar a eficiência governamental.
- ( ) Ordem Cultural.
- ( ) Ordem Oficial.
- ( ) Possibilitar o acesso automatizado por sistemas.
- ( ) Ordem Pessoal.

Assinale a sequência CORRETA para as assertivas acima.

- a) V, V, V, F, F
- b) V, V, F, F, V.
- c) V, V, V, F, V.
- d) F, V, F, V, F.
- e) F, V, F, F, F.